



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004161-94.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Embargante: **'Banco do Brasil S/A**  
 Embargado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de embargos à execução opostos por **BANCO DO BRASIL S/A** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, aduzindo: nulidade das certidões da dívida ativa, por ausência de notificação do lançamento e de processo administrativo, cerceando-lhe o direito de defesa, bem como incidência de multa abusiva e que os juros devem ser cobrados a partir da citação.

O embargado apresentou impugnação, alegando que a cobrança é devida, pois decorre do poder de polícia e independe da demonstração da efetiva fiscalização; que as CDAs preenchem os requisitos legais; que se trata de tributo sujeito a lançamento de ofício, com base nos dados constantes da ficha cadastral da inscrição municipal, a semelhança do que ocorre com o IPTU e que a notificação se dá com o envio do carnê no endereço do contribuinte, sendo desnecessária a menção ao número do processo administrativo, tendo sido publicado edital.

Alegou, ainda, que a multa tem previsão legal e não possui caráter confiscatório.

Houve réplica.

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O pedido não comporta acolhimento.

Inicialmente, repele-se a preliminar de nulidade, pois as certidões de dívida ativa não se ressentem de vícios de forma. Basta a sua leitura para identificar o sujeito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

passivo da obrigação, a origem, o período do débito, o seu fundamento legal (Lei 5.495/66) os juros e a multa.

Ademais, é importante destacar que o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a CDA não pode ser declarada nula por eventuais falhas que não causem prejuízo para o executado promover a sua defesa. “[...] A nulidade da CDA não deve ser declarada por eventuais falhas que não geram prejuízos para o executado promover a sua defesa, informado que é o sistema processual brasileiro pela regra da instrumentalidade das formas (*pas des nullitéssans grief*), nulificando-se o processo, inclusive a *execução* fiscal, apenas quando há sacrifício aos fins da Justiça. 6. Recurso especial improvido.” (STJ - REsp: 686516 SC2004/0100108-5, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 18/08/2005, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 12.09.2005, p 230).

No mais, o pedido não comporta acolhida.

No que se refere à cobrança de taxas, a Constituição Federal, no inciso II do art. 145, dispõe que os Municípios poderão instituir “*taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços, públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição*”.

Outrossim, o art. 77 do Código Tributário Nacional prevê que o fato gerador das taxas é o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição

Já o art. 78 do Código Tributário Nacional define *poder de polícia* como a “*atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de ato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos*”. A propósito, o Supremo Tribunal Federal, em decisão com Repercussão geral, decidiu que não é necessária a regularidade do *exercício do poder de polícia*, de modo que basta a existência de órgão e estrutura competentes para



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

realizar a atividade fiscalizadora (RE 588.322, rel. Min. Gilmar Mendes, Pleno, j. 16-06-2010).

Nessa senda, impende frisar que o efetivo ato de fiscalização prescinde de comprovação ou de notificação por se tratar de lançamento de ofício por parte do ente tributante, que está legalmente autorizado a instituir taxas em razão de sua atividade fiscalizatória, cuja regularidade do exercício se presume haja vista sua competência constitucional.

Nesse sentido, o STJ, em inúmeros julgados já deixou consignado que a cobrança da taxa de localização e funcionamento, pelo município, dispensa a comprovação da atividade fiscalizadora, face à notoriedade do exercício do poder de polícia pela Municipalidade. (Precedentes: AgRg. nos EREsp. 485.951/MG, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 28/11/2005; REsp 261.571/SP, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ 6/10/2003; AGA536.338/MG, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ 08/03/2004; EDAG421.076/MG, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO NORONHA, DJ 09/02/2004; REsp 327.781/BA, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 15/12/2003. II - Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 880.772/DF, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 14.8.2007, DJ 20.9.2007, p. 244)”).

Também do Colendo Supremo Tribunal Federal o seguinte acórdão, citado na apelação nº 0185696-37.2008.8.26.0000 do TJSP: “TRIBUTÁRIO. TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO. CONSTITUCIONALIDADE. EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA. AGRAVO IMPRÓVIDO .I - Constitucionalidade de taxas cobradas em razão do serviço de fiscalização exercido pelos municípios quanto ao atendimento às regras de postura municipais. II - Presunção a favor da administração pública do efetivo exercício do poder de polícia, que independe da existência ou não de órgão de controle. Precedentes. III - Agravo regimental improvido.” (AI 699068 AgR / SP relator Min. RICARDO LEWANDOWSKI j. 17/03/2009) No mérito, em relação à alegação de alteração de domicílio, razão lhe assiste.

Sendo assim, em razão da jurisprudência do STF, a ausência de notificação ou de procedimento administrativo para justificar a cobrança da taxa de licença



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

e fiscalização não macula o lançamento.

Quanto à multa, tem previsão legal e, no patamar fixado: 10%, até fevereiro de 2001 e 2%, a partir de março de 2001, não possui caráter confiscatório.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTES os embargos.

Condeno o banco embargante a arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa.

P I

São Carlos, 05 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**